

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG1A1

Na casa vazia, sozinha com a empregada, já não andava como um soldado, já não precisava tomar cuidado. Mas sentia falta da batalha das ruas. Melancolia da liberdade, com o horizonte ainda tão longe. Dera-se ao horizonte. Mas a nostalgia do presente. O aprendizado da paciência, o juramento da espera. Do qual talvez não soubesse jamais se livrar. A tarde transformando-se em interminável e, até todos voltarem para o jantar e ela poder se tornar com alívio uma filha, era o calor, o livro aberto e depois fechado, uma intuição, o calor: sentava-se com a cabeça entre as mãos, desesperada. Quando tinha dez anos, lembrou, um menino que a amava jogara-lhe um rato morto. Porcaria! berrara branca com a ofensa. Fora uma experiência. Jamais contara a ninguém. Com a cabeça entre as mãos, sentada. Dizia quinze vezes: sou vigorosa, sou vigorosa, sou vigorosa — depois percebia que apenas prestara atenção à contagem. Suprindo com a quantidade, disse mais uma vez: sou vigorosa, dezesseis. E já não estava mais à mercê de ninguém. Desesperada porque, vigorosa, livre, não estava mais à mercê. Perdera a fé. Foi conversar com a empregada, antiga sacerdotisa. Elas se reconheciam. As duas descalças, de pé na cozinha, a fumaça do fogão. Perdera a fé, mas, à beira da graça, procurava na empregada apenas o que esta já perdera, não o que ganhara. Fazia-se pois distraída e, conversando, evitava a conversa. “Ela imagina que na minha idade devo saber mais do que sei e é capaz de me ensinar alguma coisa”, pensou, a cabeça entre as mãos, defendendo a ignorância como a um corpo. Faltavam-lhe elementos, mas não os queria de quem já os esquecera. A grande espera fazia parte. Dentro da vastidão, maquinando.

Clarice Lispector. *Preciosidade*. In: *Laços de Família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 86-87 (com adaptações).

#### Questão 1

No trecho “Suprindo com a quantidade, disse mais uma vez: sou vigorosa, dezesseis”, do texto CG1A1, o sinal de dois-pontos está empregado com a finalidade de introduzir

- A um pensamento.
- B uma síntese.
- C uma fala.
- D um esclarecimento.
- E uma exemplificação.

#### Questão 2

No primeiro período do texto CG1A1, o termo “como” expressa a ideia de

- A explicação.
- B intensidade.
- C adição.
- D causa.
- E comparação.

#### Questão 3

No trecho “Foi conversar com a empregada, antiga sacerdotisa. Elas se reconheciam. As duas descalças, de pé na cozinha, a fumaça do fogão. Perdera a fé, mas, à beira da graça, procurava na empregada apenas o que esta já perdera, não o que ganhara.”, do texto CG1A1, o vocábulo “esta” se refere a

- A “empregada”.
- B “fé”.
- C “cozinha”.
- D “graça”.
- E “fumaça”.

#### Questão 4

No trecho “Na casa vazia, sozinha com a empregada, já não andava como um soldado, já não precisava tomar cuidado. Mas sentia falta da batalha das ruas. Melancolia da liberdade, com o horizonte ainda tão longe. Dera-se ao horizonte. Mas a nostalgia do presente. O aprendizado da paciência, o juramento da espera. Do qual talvez não soubesse jamais se livrar.”, do texto CG1A1, a expressão **o qual**, contida em “Do qual”, refere-se a

- A “O aprendizado da paciência”.
- B “um soldado”.
- C “o juramento da espera”.
- D “presente”.
- E “o horizonte”.

#### Questão 5

No trecho “Quando tinha dez anos, lembrou, um menino que a amava jogara-lhe um rato morto. Porcaria! berrara branca com a ofensa. Fora uma experiência.”, do texto CG1A1, o termo “Fora” poderia ser substituído, sem prejuízo dos sentidos do texto, por

- A Teria sido.
- B Foi.
- C Havia sido.
- D Havia tido.
- E Haveria sido.

#### Questão 6

No trecho “Foi conversar com a empregada, antiga sacerdotisa”, do texto CG1A1, a expressão “antiga sacerdotisa”

- A exerce a função de complemento indireto de “conversar”, introduzindo uma nova personagem que participa da conversa na cozinha.
- B exerce a função sintática de aposto e se refere à expressão “a empregada”.
- C constitui uma oração coordenada, embora não seja introduzida pela conjunção “e”.
- D funciona sintaticamente como predicativo, uma vez que se refere ao sujeito de “Foi”.
- E classifica-se como um vocativo, por se referir a uma possível leitora do texto.

**Questão 7**

Sem prejuízo dos sentidos do texto CG1A1, a expressão “à mercê”, no trecho “E já não estava mais à mercê de ninguém”, poderia ser substituída por

- A à disposição.
- B à espera.
- C ao encontro.
- D à vontade.
- E a fim.

**Questão 8**

De acordo com a Lei Estadual n.º 6.956/2015, no âmbito da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o exercício da função administrativa superior incumbe ao

- A Fundo Especial do Tribunal de Justiça e à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- B Órgão Especial e à Escola da Administração Judiciária.
- C Conselho da Magistratura e ao Órgão Especial.
- D Conselho da Magistratura e à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- E Fundo Especial do Tribunal de Justiça e à Escola da Administração Judiciária.

**Questão 9**

Álvaro, Marcos e Renato, funcionários públicos civis do estado do Rio de Janeiro, cometeram transgressão disciplinar sujeita às seguintes penas disciplinares: Álvaro — repreensão; Marcos — destituição de função; Renato — demissão.

Considerando-se o disposto no Decreto-lei n.º 220/1975, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, obrigatoriamente deverá ser instaurado inquérito administrativo antes da aplicação

- A das penas de Álvaro, Marcos e Renato.
- B da pena de Renato, somente.
- C das penas de Álvaro e Marcos, somente.
- D das penas de Álvaro e Renato, somente.
- E das penas de Marcos e Renato, somente.

**Questão 10**

De acordo com o Decreto n.º 2.479/1979, se um funcionário público civil do estado do Rio de Janeiro candidatar-se a cargo eletivo e for eleito, ele somente deverá afastar-se do cargo, se não houver compatibilidade de horário entre o seu exercício e o da função pública, enquanto durar o mandato de

- A vice-prefeito.
- B deputado federal.
- C deputado estadual.
- D vereador.
- E prefeito.

**Questão 11**

Conforme a Lei Estadual n.º 4.620/2005, a função de chefia de serventia judicial de primeira instância é de livre indicação do magistrado titular,

- A podendo ser ocupada por analista judiciário ou técnico de atividade judiciária, sem especialidade, sendo vedada a nomeação de pessoa que esteja respondendo por ato de improbidade administrativa.
- B podendo ser ocupada por analista judiciário ou técnico de atividade judiciária, desde que tenha especialidade, sendo vedada a nomeação de pessoa que esteja respondendo por ato de improbidade administrativa.
- C devendo ser ocupada por analista judiciário, sem fatos desabonadores em sua folha funcional, na forma de resolução estabelecida pelo Conselho da Magistratura.
- D devendo ser ocupada por analista judiciário, podendo ser nomeada pessoa que esteja respondendo por ato de improbidade administrativa.
- E devendo ser ocupada por técnico de atividade judiciária, podendo ser nomeada pessoa que esteja respondendo por ato de improbidade administrativa.

**Questão 12**

De acordo com o Regimento Interno do TJRJ, a competência para dar posse ao corregedor-geral de justiça, ao diretor da Escola da Magistratura e a desembargador é do

- A tribunal pleno, para os três cargos.
- B tribunal pleno para o segundo cargo, e do Órgão Especial para os demais cargos.
- C Órgão Especial, para os três cargos.
- D tribunal pleno para os dois primeiros cargos, e do Órgão Especial para o terceiro cargo.
- E tribunal pleno para o primeiro cargo, e do Órgão Especial para os demais cargos.

**Questão 13**

É pessoa com deficiência, de acordo com a definição legal,

- A idoso com mobilidade reduzida por causa temporária.
- B indivíduo com capacidade residual permanente para locomover-se, escutar ou expressar a própria vontade.
- C indivíduo portador de impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, que impede sua participação plena e efetiva na sociedade nas mesmas condições dos demais.
- D indivíduo incapacitado de expressar a vontade própria ou de locomover-se por sua conta, ainda que por curto prazo.
- E indivíduo que, por qualquer motivo temporário ou permanente, tenha redução efetiva de sua mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou percepção.

**Questão 14**

De acordo com a Lei n.º 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência), o comportamento que impede a participação social da pessoa é considerado

- A disfuncional.
- B disruptivo.
- C barreira.
- D distúrbio.
- E desestruturado.

**Questão 15**

A respeito da reserva de vagas para veículos que transportam pessoas com deficiência, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 10.098/2000.

- A** As vagas reservadas devem ser localizadas próximas ao acesso de circulação de pedestre, salvo se existir outra em local mais distante, porém com melhor nivelamento do solo.
- B** O número de vagas reservadas não poderá ser superior a 2% do total.
- C** Afastam-se do âmbito de aplicação da norma os estacionamentos que servem a edifícios em que funcionam representações estrangeiras.
- D** Não é necessário que espaços públicos em que se realizem atividades de risco garantam o número mínimo de vagas, a fim de preservar a integridade das pessoas com deficiência.
- E** A sinalização de vaga reservada deve ser clara e ostensiva, a fim de garantir a fácil identificação do espaço.

**Questão 16**

De acordo com a Lei n.º 10.048/2000, terá atendimento prioritário em todas as instituições financeiras a pessoa

- I idosa.
- II obesa.
- III com deficiência auditiva.
- IV com deficiência visual.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Todos os itens estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- D** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E** Apenas os itens II, III e IV estão certos.

**Questão 17**

Assinale a opção que apresenta a doutrina ética segundo a qual as pessoas devem ser respeitadas pela mera condição humana, como um fim em si mesmas, independentemente dos benefícios e da maximização da felicidade para a maioria das outras pessoas.

- A** utilitarismo
- B** moral do caráter
- C** hedonismo
- D** consequencialismo
- E** moral baseada em imperativos categóricos

**Questão 18**

O patrimonialismo é caracterizado pelo governo ou pela forma de exercício do poder em que a distinção entre público e privado é quase inexistente, defluindo todo o poder de um governante ou grupo específico, de modo que os cargos públicos são inacessíveis por via meritória. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta princípio ético previsto na Constituição Federal de 1988 que seria afrontado, com maior intensidade, pela investidura em cargo público na forma patrimonialista.

- A** razoabilidade
- B** impessoalidade
- C** supremacia do interesse público
- D** publicidade
- E** boa-fé objetiva

**Questão 19**

Considerando o disposto na Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- A** Instauração de processo administrativo de responsabilização deve ser iniciada privativamente pela Controladoria-Geral da União (CGU).
- B** A subdelegação para o julgamento do processo administrativo de responsabilização é admitida.
- C** Pode-se aplicar a pessoas jurídicas infratoras a penalidade judicial de dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- D** A efetiva ocorrência de lesão patrimonial é indispensável para a caracterização dos ilícitos previstos na lei.
- E** O descumprimento do acordo de leniência impede a formalização de um novo acordo no prazo de cinco anos, contados a partir do conhecimento da falta pela administração pública.

**Questão 20**

Carlos, funcionário terceirizado que trabalha na 1.ª Vara de Família da capital, recebeu, no período do Natal, uma cesta comemorativa, de valor irrisório, de um estagiário de direito de determinado escritório de advocacia, que tinha interesse em certo processo. Em razão do presente recebido, Carlos intencionalmente atrasou a publicação de um ato processual e revelou fato de que tinha conhecimento em virtude de suas atribuições e que deveria ter permanecido em segredo, relacionado ao processo de interesse do estagiário.

Considerando essa situação hipotética e o disposto na Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta.

- A** As condutas de Carlos não se enquadram nas situações descritas na Lei n.º 8.429/1992, porque o fato de ele ser funcionário terceirizado afasta a incidência das regras previstas nessa lei.
- B** O recebimento da cesta comemorativa não configura vantagem indevida, uma vez que ela possui valor irrisório.
- C** A conduta do estagiário, por ser omissiva, deixa de viabilizar a incidência das regras previstas na referida lei.
- D** O fato de Carlos ter divulgado fato que deveria ter permanecido em segredo somente caracterizará ato de improbidade administrativa se gerar prejuízo para terceiro.
- E** O retardamento intencional na publicação do ato processual, por si só, configura ato de improbidade administrativa.

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 21**

O entendimento de que atos administrativos gozam de presunção de legitimidade significa que estes

- A atestam fatos verdadeiros, não admitindo prova em contrário.
- B são emitidos em conformidade com a lei, até prova em contrário.
- C se impõem aos administrados, independentemente de sua concordância.
- D se sujeitam ao controle discricionário do Poder Judiciário.
- E são executados pela própria administração, sem intervenção do Poder Judiciário.

**Questão 22**

Na administração pública federal, a administração direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da

- A Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- B Presidência da República e dos ministérios, apenas.
- C Presidência da República, dos ministérios e das autarquias, apenas.
- D Presidência da República, dos ministérios, das autarquias e das fundações públicas, apenas.
- E Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas, apenas.

**Questão 23**

Segundo a Lei n.º 9.784/1999, depois de concluída a instrução no processo administrativo, a administração tem o dever de decidir em até

- A 30 dias, improrrogáveis.
- B 45 dias, improrrogáveis.
- C 60 dias, prorrogáveis por igual período.
- D 30 dias, prorrogáveis por igual período.
- E 45 dias, prorrogáveis por igual período.

**Questão 24**

O princípio adotado no processo administrativo com a finalidade de vedar a aplicação retroativa de nova interpretação de lei no âmbito da administração pública denomina-se princípio da

- A eficiência.
- B segurança jurídica.
- C moralidade.
- D publicidade.
- E impessoalidade.

**Questão 25**

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, a concorrência pública do tipo técnica e preço, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral, admite agendamento da reunião de abertura das propostas, a partir da publicação do aviso de licitação, observado o prazo mínimo de

- A 5 dias.
- B 10 dias.
- C 15 dias.
- D 30 dias.
- E 45 dias.

**Questão 26**

Segundo a Lei n.º 8.666/1993, são documentos inerentes à habilitação jurídica, satisfeitos os devidos requisitos legais,

- A contrato social devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e prova de regularidade para com a fazenda federal.
- B prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e cédula de identidade.
- C prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e prova de regularidade para com a fazenda federal.
- D prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e contrato social devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.
- E registro comercial, no caso de empresa individual, e contrato social devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

**Questão 27**

A iniciativa para deflagrar o processo legislativo de criação de cargos públicos no âmbito dos tribunais de justiça é competência do

- A presidente da República.
- B presidente do STF.
- C presidente do STJ.
- D presidente do respectivo tribunal de justiça.
- E ministro da Justiça.

**Questão 28**

O controle dos atos administrativos exercido por meio de processo participativo de determinada comunidade local sobre ações de gestão pública é denominado

- A autocontrole.
- B controle legislativo.
- C controle social.
- D controle interno.
- E controle externo.

**Questão 29**

Considere os seguintes itens.

- I A extensão, às uniões estáveis homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas heterossexuais justifica-se e legitima-se pela direta incidência do princípio constitucional implícito que prevê o direito à busca da felicidade, entre outros princípios.
- II A crítica jornalística é direito garantido na Constituição Federal de 1988 (CF) e plenamente aceitável contra aqueles que exercem funções públicas; o interesse social, que legitima o direito de criticar, sobrepõe-se a eventuais suscetibilidades que possam revelar as pessoas públicas.

No que se refere aos princípios fundamentais previstos na CF, assinale a opção que apresenta os princípios que fundamentam os itens I e II, respectivamente.

- A dignidade da pessoa humana e pluralismo político
- B dignidade da pessoa humana e valorização do trabalho humano
- C prevalência dos direitos humanos e valorização do trabalho humano
- D defesa da paz e pluralismo político
- E prevalência dos direitos humanos e cidadania

**Questão 30**

Extrai-se do princípio da liberdade de criação, transformação e extinção de partidos políticos contido na CF o fundamento constitucional para resguardar

- A o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- B a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.
- C uma sociedade pluralista.
- D os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
- E a separação de poderes e a indissolubilidade do vínculo federativo.

**Questão 31**

Acerca da organização político-administrativa, assinale a opção correta.

- A Os estados devem respeitar as leis federais, e os municípios, as leis federais e estaduais, mas isso somente deve ocorrer nas hipóteses previstas na CF.
- B Compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar concorrentemente sobre educação, saúde, trânsito e transporte, cabendo a cada ente federativo adotar sua legislação de acordo com as peculiaridades federal, estadual e municipal.
- C Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial e financeiro.
- D Os estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos.
- E A fim de fazer cumprir ordem legal, poderá a União decretar intervenção federal nos municípios que se recusarem a cumprir lei federal que tenha sido recepcionada por lei estadual.

**Questão 32**

No que se refere à administração pública e às normas constitucionais que regem os servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- I A CF prevê possibilidade de acesso a cargos, funções e empregos públicos por estrangeiro, desde que haja regulamentação.
- II A proibição de acumular cargo, emprego ou função públicos não atinge os empregados de sociedades de economia mista.
- III A servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração aplica-se o mesmo regime de previdência dos cargos efetivos.
- IV As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

**Questão 33**

Compete exclusivamente ao Congresso Nacional

- A aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de procurador-geral da República.
- B conceder anistia.
- C dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- D eleger membros do Conselho da República.
- E mudar temporariamente sua sede.

**Questão 34**

Assinale a opção que apresenta atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado, respectivamente.

- A remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa; fixar e modificar o efetivo das Forças Armadas
- B conceder indulto e comutar penas; dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento
- C vetar projetos de lei, total ou parcialmente; expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos
- D expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional
- E exercer o comando supremo das Forças Armadas; autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos

**Questão 35**

Assinale a opção que apresenta órgão do Poder Judiciário que integra a justiça especializada.

- A Tribunal dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
- B Tribunal Regional Federal
- C Supremo Tribunal Federal
- D Tribunal Superior do Trabalho
- E Conselho Nacional de Justiça

**Questão 36**

No que se refere às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que a advocacia pública caracteriza-se por

- A prestar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- B auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.
- C buscar a realização dos interesses da sociedade.
- D ser inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- E ser essencial à função jurisdicional do Estado e promover gratuitamente a orientação jurídica e a defesa dos necessitados.

**Questão 37**

Assinale a opção correspondente ao princípio processual por meio do qual é vedado ao Estado-juíz dar início a um processo judicial *ex officio*.

- A princípio da isonomia
- B princípio de inércia da jurisdição
- C princípio do contraditório
- D princípio da ampla defesa
- E princípio do juiz natural

**Questão 38**

Constitui condição da ação civil

- A a existência de pedido.
- B o recolhimento de custas processuais para quem não é beneficiário da gratuidade de justiça.
- C a legitimidade das partes.
- D o processamento da ação perante o juízo competente.
- E a representação dos incapazes por seus representantes legais.

**Questão 39**

No que se refere às causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes, assinale a opção correta.

- Ⓐ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes aplicam-se também aos auxiliares da justiça e aos membros do Ministério Público.
- Ⓑ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes não se aplicam aos auxiliares da justiça nem aos membros do Ministério Público.
- Ⓒ As suspeições se aplicam apenas aos membros do Ministério Público e os impedimentos se aplicam apenas aos auxiliares da justiça.
- Ⓓ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes não se aplicam aos auxiliares da justiça, mas se aplicam aos membros do Ministério Público.
- Ⓔ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes não se aplicam aos membros do Ministério Público, mas se aplicam aos auxiliares da justiça.

**Questão 40**

Em relação a processos que tramitem em segredo de justiça, o auxiliar da justiça

- Ⓐ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos mediante autorização expressa de qualquer das partes ou de seus advogados.
- Ⓑ não poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos.
- Ⓒ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos mediante autorização expressa do Ministério Público ou de defensor público.
- Ⓓ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos, desde que este comprove ser a causa de interesse público ou social.
- Ⓔ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos, desde que este comprove ser parente de qualquer das partes, até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

**Questão 41**

O foro de eleição é admissível para

- Ⓐ permitir que o juiz defina qual o foro competente para julgar uma ação cujo litígio verse sobre a propriedade de bens imóveis.
- Ⓑ modificar a competência territorial da ação de divórcio, desde que os cônjuges sejam capazes à época da propositura da ação.
- Ⓒ modificar a competência territorial de uma ação de obrigação de fazer decorrente de um contrato particular.
- Ⓓ atribuir ao juízo arbitral a competência para decidir obrigações de dar alimentos decorrentes de acordo firmado perante a Defensoria Pública.
- Ⓔ atribuir ao tribunal de justiça uma competência que originariamente seria de um juízo cível de primeiro grau.

**Questão 42**

Flávio ajuizou ação de reparação de dano material e moral contra Zulmira. No entanto, no curso da ação, Zulmira veio a falecer.

Nesse caso, o juiz deverá

- Ⓐ proferir sentença na qual deverá extinguir o processo sem resolução de mérito.
- Ⓑ proferir sentença na qual julgará procedente o pedido do autor.
- Ⓒ suspender o curso do processo e permitir a substituição do polo passivo da relação processual.
- Ⓓ proferir sentença na qual julgará improcedente o pedido do autor.
- Ⓔ declinar da competência e determinar a remessa dos autos ao juízo da vara de sucessões.

**Questão 43**

Contra decisão de juízo de primeiro grau que decida impugnação ao cumprimento de sentença

- Ⓐ não cabe recurso.
- Ⓑ cabe recurso especial.
- Ⓒ cabe recurso de apelação.
- Ⓓ cabe recurso de agravo de instrumento.
- Ⓔ cabe mandado de segurança.

**Questão 44**

Ao despachar a petição inicial, o juiz determinou, pelo correio, a citação do demandado para comparecimento à audiência de conciliação, a ser realizada no prazo de sessenta dias após o despacho. Faltando doze dias para a realização da audiência, o réu comunicou ao juízo da causa que não pretendia conciliar e, por esse motivo, pediu o cancelamento da audiência.

Nesse caso, o prazo para contestar será de

- Ⓐ quinze dias úteis, contados da data do recebimento do mandado de citação.
- Ⓑ quinze dias corridos, contados da data de juntada do aviso de recebimento aos autos do processo.
- Ⓒ dez dias corridos, contados da data do recebimento do mandado que designou a audiência de conciliação.
- Ⓓ dez dias úteis, contados da data de juntada do aviso de recebimento aos autos do processo.
- Ⓔ quinze dias úteis, contados do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu.

**Questão 45**

No que diz respeito a preclusão, julgamento conforme o estado do processo, provas e coisa julgada, julgue os itens a seguir.

- I A litispendência e a coisa julgada podem ser alegadas pelo réu a qualquer tempo no processo, inclusive em grau de apelação.
- II O julgamento antecipado parcial de mérito é admissível sempre que ocorrer à revelia ou quando não houver necessidade de produção de prova.
- III A prova emprestada poderá ser produzida a requerimento de qualquer das partes ou determinada *ex officio* pelo juiz.
- IV As decisões de competência originária dos tribunais, contrárias ao poder público, não se sujeitam ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 46**

No que se refere a controle judicial dos atos administrativos, mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens seguintes.

- I Ato do Poder Judiciário que examine atos do Poder Legislativo, sob o aspecto da legalidade e da moralidade, não fere o princípio de independência dos poderes.
- II Caberá mandado de segurança contra decisão de juízo de primeiro grau que indefira petição inicial em uma ação de rito comum.
- III A ação popular constitui-se de um instrumento processual apropriado para anular desvios de recursos públicos praticados por gestores de autarquias e empresas públicas estaduais no exercício dessa função.
- IV Qualquer pessoa física capaz tem legitimidade para propor ação civil pública, com o objetivo de proteger o patrimônio público, o meio ambiente e o patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens I, II e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 47**

Com relação a inquérito policial, é correto afirmar que

- A é um processo administrativo judicialiforme.
- B observa, obrigatoriamente, as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- C não tem prazo fixado em lei para ser concluído.
- D é um procedimento dispensável.
- E exige requerimento da vítima para ser instaurado.

**Questão 48**

O Ministério Público ofereceu denúncia de crime de ação penal pública incondicionada. Porém, antes que a inicial acusatória fosse recebida pelo juiz, a vítima compareceu à vara criminal afirmando perdoar o réu.

Nesse caso, é correto afirmar que

- A a manifestação da vítima não inviabiliza a continuidade da ação penal.
- B o Ministério Público deve desistir da propositura da ação penal, visto que a vítima não tem interesse.
- C houve retratação, impedindo o recebimento da denúncia pelo juiz.
- D o perdão da vítima obrigatoriamente extingue a punibilidade do réu.
- E o juiz deverá receber a denúncia e, em seguida, conceder o perdão judicial.

**Questão 49**

Considere que um oficial de justiça não tenha localizado o réu, para realizar a citação pessoal na ação penal, no endereço que constava dos autos. Nesse caso,

- A o oficial de justiça deverá proceder à citação por hora certa, a ser cumprida, no máximo, em três dias.
- B o juiz decretará a revelia do réu e dará seguimento à ação penal.
- C será feita a citação por edital e, caso o réu não compareça, a ação penal ficará suspensa.
- D será citada a Defensoria Pública para realizar a defesa técnica do réu.
- E a falta de citação pessoal interromperá o prazo prescricional até a localização do réu.

**Questão 50**

Em processo da competência do tribunal do júri, ao final da primeira fase do procedimento, o juiz entendeu que foi comprovada a materialidade do crime, porém não havia indícios suficientes de autoria por parte do acusado.

A situação apresentada configura caso de

- A pronúncia.
- B rejeição da denúncia.
- C impronúncia.
- D desclassificação.
- E absolvição sumária.

**Questão 51**

O tribunal do júri é composto por um juiz togado e

- A 25 jurados, sendo necessários 15 para a instalação da sessão e 7 para compor o conselho de sentença.
- B 25 jurados, sendo necessários 15 para a instalação da sessão e 10 para compor o conselho de sentença.
- C 12 jurados, sendo necessários 10 para a instalação da sessão e 5 para compor o conselho de sentença.
- D 15 jurados, sendo necessários 12 para a instalação da sessão e 5 para compor o conselho de sentença.
- E 15 jurados, sendo necessários 12 para a instalação da sessão e 7 para compor o conselho de sentença.

**Questão 52**

A respeito de prisão e liberdade provisória, assinale a opção correta.

- A A concessão de liberdade provisória impede a decretação de prisão preventiva durante a tramitação da ação penal.
- B A pessoa autuada em flagrante delito responde presa ao inquérito policial e à ação penal.
- C A pessoa presa por praticar crime grave ou hediondo não pode ser solta mediante liberdade provisória.
- D A pessoa que presencia a ocorrência de um crime é obrigada a prender o agressor em flagrante.
- E Em 24 horas, o preso deve receber a nota de culpa, com o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas.

**Questão 53**

Assinale a opção correta, no que concerne a *habeas corpus*.

- A O próprio réu pode impetrar em causa própria, desde que comprove ser advogado.
- B O membro do Ministério Público tem legitimidade para impetrar em favor do réu.
- C O *habeas corpus* não é cabível quando o processo for nulo, sendo admissível quando houver ameaça à liberdade de ir e vir.
- D O advogado deve anexar procuração pública ao pedido, sob pena de não conhecimento por ilegitimidade.
- E A concessão da ordem para liberar o preso implica o término da ação penal.

**Questão 54**

Na audiência do processo comum ordinário, o último ato da instrução criminal é

- A a acareação.
- B a inquirição das testemunhas da acusação.
- C a inquirição das testemunhas da defesa.
- D a tomada de declarações do ofendido.
- E o interrogatório do réu.

**Questão 55**

Em relação à sentença proferida no plenário do tribunal do júri, é correto afirmar que

- A** será lida em plenário, pelo presidente, após o encerramento da sessão de julgamento.
- B** o juiz pode considerar causa de diminuição de pena, independentemente da admissão pelo júri.
- C** não é possível a imposição de medida de segurança, em caso de absolvição.
- D** o juiz deve considerar circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.
- E** o processo será encaminhado ao juízo competente, em caso de desclassificação.

**Questão 56**

No âmbito do juizado especial cível, da sentença proferida caberão embargos de declaração, que poderão ser interpostos

- A** oralmente ou por escrito, suspendendo o prazo para interposição de recurso.
- B** apenas oralmente, suspendendo o prazo para interposição de recurso.
- C** oralmente ou por escrito, interrompendo o prazo para interposição de recurso.
- D** apenas por escrito, interrompendo o prazo para interposição de recurso.
- E** apenas por escrito, suspendendo o prazo para interposição de recurso.

**Questão 57**

No estado do Rio de Janeiro, Marcelo, Frederico e Raquel pretendem ajuizar, no juizado especial da fazenda pública, as seguintes ações: Marcelo — mandado de segurança contra o estado; Frederico — ação contra o estado no valor de sessenta salários mínimos; Raquel — ação para impugnar pena de demissão imposta a servidor público civil estadual.

Nessa situação hipotética, o referido juizado será competente para processar e julgar

- A** as ações de Marcelo, Frederico e Raquel.
- B** as ações de Marcelo e Frederico, apenas.
- C** as ações de Frederico e Raquel, apenas.
- D** a ação de Frederico, apenas.
- E** a ação de Marcelo, apenas.

**Questão 58**

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é considerada de juntada impossível

- I petição recebida cujo processo esteja arquivado e não contenha pedido de desarquivamento.
- II petição física sujeita à distribuição ou anotação no distribuidor, cujo pedido de distribuição por dependência tenha sido deferido.
- III petição em papel destinada a processo físico de número diverso do apontado.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 59**

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta, quanto ao cadastramento e ao processamento das audiências de custódia.

- A** O auto de prisão em flagrante deve conter, obrigatoriamente, nota de culpa subscrita pelo preso e por seu advogado.
- B** Deve ocorrer o cadastramento do auto de prisão em flagrante, ainda que eletrônico.
- C** Haverá gravação em formato de vídeo dos requerimentos formulados por membro do Ministério Público.
- D** O auto de prisão em flagrante deve conter, obrigatoriamente, laudo definitivo no caso de eventual prática de delito previsto na Lei n.º 11.343/2006.
- E** Dispensa-se a inserção dos dados do preso no sistema informatizado, em razão do auto de prisão.

**Questão 60**

Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cartas precatórias de trâmite exclusivo nesse estado, expedidas para cumprimento de diligências, devem recolher as custas no juízo

- A** deprecado, antecipadamente.
- B** deprecante, antecipadamente.
- C** deprecado, após o cumprimento, mesmo sem devolução.
- D** deprecante, após o cumprimento e a devolução.
- E** deprecado, após o cumprimento e a devolução.

Espaço livre